

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 302/2021

RAZÃO SOCIAL			
CNPJ Nº			
ENDEREÇO			
CIDADE		ESTADO	
RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO			
TELEFONE	(DDD)	FIXO:	(DDD)
E-MAIL			

RECEBEMOS CÓPIA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO ACIMA REFERENCIADO E DESEJAMOS SER INFORMADOS DE QUAISQUER ALTERAÇÕES, RESPOSTAS A ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura c/ carimbo ou por extenso

SENHOR LICITANTE,

Visando estabelecer comunicação entre o Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis – ISSA e vossa Empresa, solicitamos preencher imediatamente este recibo de Entrega e remeter ao Setor de Licitações do ISSA, situado na Rua 15 de dezembro, nº 641, Centro, Anápolis, Goiás, CEP 75.024-070, ou ainda pelo e-mail: licitacoes@issa.go.gov.br.

A não remessa do Recibo exige-nos da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais, ficando estas informações disponíveis apenas no site do ISSA, <http://issa.go.gov.br/>.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 000000302/2021

CRONOGRAMA

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO	11/01/2022	07h30min
LIMITE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO	11/05/2022	17h30min

PREÂMBULO

O Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis – ISSA, situado à Rua 15 de Dezembro, nº 641, Centro, Anápolis, Goiás, CEP 75.024-070, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá junto a sua Comissão Permanente de Licitação, os envelopes contendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO referentes ao credenciamento objeto deste instrumento, com a finalidade de credenciamento de entidades financeiras interessadas, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida na concessão de crédito pessoal em condições especiais, com redução de juros praticados no mercado aos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal, com consignação em folha de pagamento, mediante a celebração de contrato de credenciamento, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, e, as disposições gerais de licitação contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, observando ainda, as leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias, normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à matéria.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objetivo o credenciamento de entidades financeiras interessadas, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida na concessão de crédito pessoal em condições especiais, com redução de juros praticados no mercado aos aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta autarquia municipal, com consignação em folha de pagamento, mediante a celebração de contrato de credenciamento, conforme especificações constantes neste edital e no termo de referência anexo ao presente edital.

1.2. O presente Edital terá validade de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município de Anápolis, podendo ser credenciadas novas instituições, na vigência deste, obedecidas as exigências estabelecidas neste edital, e seus anexos.

1.3. O edital ficará disponível aos interessados durante todo o período de vigência da abertura para retirada e acompanhamento no site <http://issa.go.gov.br/> ou solicitados através do correio eletrônico licitacoes@issa.go.gov.br.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão ser credenciados a oferecer os serviços, mediante contrato de credenciamento com o ISSA, todos os interessados que, cumulativamente:

2.1.1. Atendam aos requisitos estabelecidos e apresentem corretamente os documentos exigidos neste edital, concordando expressamente com as normas fixadas pelo ISSA; e,

2.1.2. Se enquadrem no conceito de instituição financeira, na forma da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e estejam devidamente autorizados a funcionar como tal pelo Banco Central do Brasil, ou, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida, autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

2.2. Será vedada a participação neste credenciamento, quando a instituição financeira/empresa:

2.2.1. Estiver em estado de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto quando apresentar juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser contratado;

2.2.2. Tiver sido declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;

2.2.3. Contar em seus quadros funcionais com quaisquer servidores públicos vinculados à Administração Direta e Indireta do Município de Anápolis, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

2.2.4. Tiver sido suspensa temporariamente de licitar ou contratar com o Município de Anápolis;

2.2.5. Estiver com irregularidades quanto à comprovação de quitação de tributos federais, trabalhistas, FGTS, estaduais ou municipais, nos termos dos itens 3.1.10 a 3.1.13 e 3.1.16 deste edital.

2.3. A participação no presente procedimento implica a aceitação de todos os seus termos e condições.

3. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA O CREDENCIAMENTO

3.1. A Instituição Financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida interessadas no credenciamento deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação do ISSA, no endereço descrito no preâmbulo deste edital, os seguintes documentos:

3.1.1. Requerimento, conforme modelo trazido no Anexo III deste Edital, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da instituição/empresa;

3.1.2. Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do representante legal da entidade (diretor, sócio, superintendente ou procurador estabelecido);

3.1.3. Instrumento público de procuração, emitido por Cartório competente, ou Instrumento de mandato particular, assinado pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante que

comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Credenciamento, com firma reconhecida em cartório;

3.1.4. Registro comercial, para empresa individual;

3.1.5. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, contendo todas as alterações realizadas ou o último devidamente consolidado, devendo, em ambos os casos estarem registrados no órgão competente, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores e/ou a publicação no Diário Oficial dos referidos documentos;

3.1.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova do registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das Pessoas Jurídicas) de investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

3.1.7. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.1.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.1.9. Ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conforme o caso;

3.1.10. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

3.1.11. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais, expedidas pela Secretaria da Fazenda Estadual do Estado sede da entidade interessada e do Estado de Goiás;

3.1.12. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos Municipais (ISS), expedidas pela Prefeitura do Município sede da interessada e do Município de Anápolis;

3.1.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

3.1.14. Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação do documento;

3.1.15. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.1.16. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data do protocolo da documentação;

3.1.17. Declaração de inexistência de fatos impeditivos sob as penas da lei (conforme modelo do Anexo II), carimbada e assinada por representante legal da instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida interessadas;

3.1.18. Planilha financeira constando a relação dos produtos e serviços oferecidos, com evolução de prazos e percentuais de juros mensais e anuais e todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários, que eventualmente incidam sobre o valor financiado, adotados pela instituição Financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida interessadas;

3.1.19. Alvará de funcionamento atualizado, com endereço completo da entidade e de seu representante;

3.1.20. Prova documental do domicílio bancário da instituição.

3.2. Para validação dos documentos indicados no item 3.1.3 deste Edital, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo.

3.3. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial exigida no item 3.1.14 deste Edital, atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro termo com a Administração, levando em consideração o objeto a ser pactuado.

3.4. Somente serão credenciados os interessados que apresentarem, além de toda a documentação exigida, ramo de atividade pertinente ao objeto deste edital.

3.5. A documentação exigida para o credenciamento poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada preferencialmente por Tabelião ou por servidor da Administração, ou, ainda, publicação em órgão de imprensa oficial.

3.6. No documento em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos da data da apresentação do mesmo.

3.7. No caso de documentos emitidos por meio de sistema eletrônico, a aceitação fica condicionada à verificação de autenticidade pela Internet.

3.8. Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outras formas de apresentação que não sejam as exigidas neste edital.

3.9. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que firmará o Contrato de Credenciamento com o ISSA e oferecerá o serviço aos beneficiários e servidores do Órgão.

4. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

- 4.1.** O recebimento da documentação ocorrerá a partir do dia 11/01/2021, no endereço indicado no preâmbulo desta Edital, das 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30.
- 4.2.** Comissão receberá o envelope contendo a documentação apresentada pelos interessados, mediante protocolo.
- 4.3.** A Comissão conferirá os documentos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de entrega dos documentos.
- 4.3.1.** Caso a documentação apresentada pela empresa interessada esteja incorreta e/ou incompleta quando de sua análise, a Comissão comunicará o interessado, o qual poderá complementá-la, no prazo de até 05 (cinco) úteis, a partir da data de recebimento da solicitação.
- 4.3.2.** Caso a documentação não seja corrigida em tempo hábil, a Comissão manifestará pelo indeferimento do credenciamento, podendo a empresa a qualquer tempo, durante a vigência deste Edital, protocolar nova documentação para credenciamento.
- 4.4.** A Comissão divulgará as instituições financeiras aptas ao credenciamento, através de publicação no Diário Oficial do Município de Anápolis, bem como no sítio oficial na internet: <http://issa.go.gov.br/>, no campo destinados às licitações.
- 4.5.** A entrega da documentação para o processo de credenciamento implicará na declaração expressa de concordância com todas as normas estabelecidas no presente edital e atos normativos expedidos pelo Município de Anápolis e pelo ISSA.
- 4.6.** Da decisão de indeferimento do credenciamento tomada pela CPL caberá recurso, protocolado por escrito no endereço constante no preâmbulo deste Edital, dirigido a autoridade superior, observando-se os prazos e procedimentos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

5. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

- 5.1.** As Instituições Financeiras, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida declaradas credenciadas, na forma deste edital, poderão firmar Contrato de Credenciamento com o ISSA nos termos da minuta que integra o presente edital (Anexo IV), como condição para a concessão de crédito consignado.
- 5.2.** O Contrato de Credenciamento deverá propiciar condições especiais de crédito aos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal, com redução das taxas de juros praticadas pela instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida no mercado, ou seja, os custos devem figurar entre as menores taxas de juros para créditos consignados públicos divulgados mensalmente no site oficial do Banco Central do Brasil.
- 5.2.1.** A celebração do Contrato de Credenciamento deverá ser precedida da comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas, nos termos deste edital.

6. DO PRAZO

6.1. O Contrato de Credenciamento será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

6.2. Poderá o Contrato de Credenciamento ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação formal, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pelo Município de Anápolis, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos, conforme Cláusula quarta do Anexo IV.

6.3. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida que tiver seu requerimento deferido, diante da habilitação para o ato, será convocada para, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da convocação assinar o Contrato de Credenciamento, sob pena de caracterizar sua desistência ao ato.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Na contratação de empréstimo pessoal, firmada pelos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal junto a instituições financeiras, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida credenciadas na forma deste edital, deverão ser observadas as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil, bem como as disposições pertinentes do Código Civil, e demais e legislação correlata.

7.2. A contratação de empréstimo constitui operação firmada exclusivamente entre a Instituição Financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida e o beneficiário/servidor, cabendo unicamente a essas partes zelarem pelo seu cumprimento.

7.3. Cada beneficiário/servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir.

7.4. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida contratada pelo beneficiário/servidor responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário/servidor.

7.5. O ISSA não responderá, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus beneficiários/servidores, nem pelas condições oferecidas pela instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida restringindo sua responsabilidade à mera averbação dos valores autorizados e ao repasse à instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida em relação às operações livremente convencionadas.

7.6. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida será responsável exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o ISSA.

7.7. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida deverá cumprir as obrigações previstas no Contrato de Credenciamento, cuja minuta faz parte integrante deste edital, como Anexo IV.

7.8. No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do Contrato de Credenciamento, o ISSA poderá promover o descredenciamento da instituição financeira, da entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida, não permitindo novos contratos, porém respeitando os já firmados até que se finalizem as parcelas vincendas ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação federal e municipal incidente.

7.8.1. Durante o processo administrativo de descredenciamento será respeitado a ampla defesa e o contraditório da instituição financeira, em estrita observância ao princípio constitucional fixado no Art. 5, inciso LV, da Constituição Federal.

7.9. Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do beneficiário/servidor da folha, fica o ISSA eximido de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As empresas credenciadas deverão fazer o acompanhamento, realizando ajustes necessários à adequação do objeto.

8.2. Será descredenciada, a qualquer tempo, a empresa que não mantiver, durante a vigência do contrato de credenciamento, as mesmas condições de habilitação que possibilitaram o seu credenciamento, ou, ainda, aquela cujo Contrato de Credenciamento venha a ser rescindido, nas hipóteses previstas no respectivo instrumento e legislação pertinente.

8.3. A qualquer tempo, durante a vigência do prazo de validade do instrumento convocatório, poderá o ISSA, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que deverá efetuar a divulgação de novo aviso no Diário Oficial do Município, com restituição de novo prazo de vigência do edital.

8.4. O ISSA será isento do pagamento de qualquer tarifa a Instituição Financeira referente aos procedimentos efetuados na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal.

8.5. Qualquer esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado por escrito, a Comissão Permanente de Licitações:

Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis - ISSA
Sala de Licitações (Rua 15 de Dezembro, nº 641, Centro, Anápolis – GO, CEP: 75.024-070)
Horário: 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30. Fones: (62) 3311-3411, 3328-1419.
E-mail: licitacoes@issa.go.gov.br

9. DOS ANEXOS DO EDITAL

- 9.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 9.2. Anexo II – Declaração de Habilitação;
- 9.3. Anexo III – Requerimento;
- 9.4. Anexo IV – Minuta de Contrato de Credenciamento.

10. DO FORO

10.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Anápolis, em sua Vara da Fazenda Pública Municipal, Registros Públicos e Ambiental, por mais privilegiado que outro seja.

Anápolis, 10 de janeiro de 2022.

Elder dos Santos Silva
Setor de Recursos Humanos

Maiko Hunner Louback Bragança
Setor de Compras

Aprovo o presente Edital em conformidade com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos.

Eduardo Milke
Presidente do ISSA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000000302/2021

O presente Termo de Referência foi elaborado em observância aos preceitos de direito administrativo e, em especial, às normas estabelecidas Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Além dessa legislação específica, aplicam-se quaisquer outras complementares vigentes e pertinentes à matéria, bem como as regras e condições estabelecidas neste Termo de referência que tem por objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento para contratação definida a seguir.

1. OBJETO

1.1. Realização de Chamamento Público visando o credenciamento de Instituições Financeiras, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, e de entidade aberta e fechada de previdência complementar e de Seguro de Vida, autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, interessadas em proceder à concessão de empréstimos pessoal com consignação em folha de pagamento aos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, e, as disposições gerais de licitação contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, observando ainda, as leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias, normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à matéria.

2. DA FINALIDADE E DA JUSTIFICATIVA

2.1. O objetivo do credenciamento é o de viabilizar crédito pessoal aos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis, bem como aos servidores lotados junto ao Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis – ISSA, nos moldes especificados na Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010, e no Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, e suas alterações, sem prejuízo de outras normas aplicáveis à matéria.

2.2. Consiste ainda como justificativa para o credenciamento a amplitude de instituições financeiras e de entidades abertas de Previdência Complementar e de Seguro de Vida autorizadas pelo Órgãos Reguladores para o oferecimento dos serviços de crédito consignado em folha de pagamento, bem como a necessidade de se fixar um procedimento seletivo claro e objetivo, garantidor da observância dos princípios basilares da Administração Pública.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão ser credenciados a oferecer os serviços, mediante contrato de credenciamento com o ISSA, todos os interessados que, cumulativamente:

3.1.1. Atendam aos requisitos estabelecidos e apresentem corretamente os documentos exigidos em Edital de Credenciamento, concordando expressamente com as normas fixadas pelo ISSA; e,

3.1.2. Se enquadrem no conceito de instituição financeira, na forma da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e estejam devidamente autorizados a funcionar como tal pelo Banco Central do

Brasil, ou, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida, autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

3.2. Será vedada a participação no credenciamento, quando a instituição financeira/empresa:

3.2.1. Estiver em estado de falência, concordata ou em processo de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, exceto quando apresentar juntamente com a Certidão Negativa de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser contratado;

3.2.2. Tiver sido declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público;

3.2.3. Contar em seus quadros funcionais com quaisquer servidores públicos vinculados à Administração Direta e Indireta do Município de Anápolis, bem assim a empresa ou instituição que tenha em seu quadro societário, dirigente ou responsável técnico que seja também servidor público vinculado;

3.2.4. Tiver sido suspensa temporariamente de licitar ou contratar com o Município de Anápolis;

3.2.5. Estiver com irregularidades quanto à comprovação de quitação de tributos federais, trabalhistas, FGTS, estaduais ou municipais.

3.3. A participação no presente procedimento implica a aceitação de todos os seus termos e condições.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Na contratação de empréstimo pessoal, firmada pelos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal junto a instituições financeiras, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida credenciadas, deverão ser observadas as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil, bem como as disposições pertinentes do Código Civil, e demais e legislação correlata.

4.2. A contratação de empréstimo constitui operação firmada exclusivamente entre a Instituição Financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida e o beneficiário/servidor, cabendo unicamente a essas partes zelarem pelo seu cumprimento.

4.3. Cada beneficiário/servidor ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir.

4.4. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida contratada pelo beneficiário/servidor responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário/servidor.

4.5. O ISSA não responderá, em nenhuma hipótese, pelos débitos contratados por seus beneficiários/servidores, nem pelas condições oferecidas pela instituição financeira, entidade aberta e

fechada de previdência complementar e de seguro de vida restringindo sua responsabilidade à mera averbação dos valores autorizados e ao repasse à instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida em relação às operações livremente convencionadas.

4.6. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida será responsável exclusiva e integralmente pela operação financeira e pela utilização de pessoal para sua execução, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o ISSA.

4.7. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida deverá cumprir as obrigações previstas neste Termo de Referência e no Contrato de Credenciamento.

4.8. No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do Contrato, o ISSA poderá promover o descredenciamento da instituição financeira, da entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida, não permitindo novas averbações, porém respeitando as já firmadas até que se finalizem as parcelas vincendas ou se proceda à quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação federal e municipal incidente.

4.8.1. Durante o processo administrativo de descredenciamento será respeitado a ampla defesa e o contraditório da instituição financeira, em estrita observância ao princípio constitucional fixado no Art. 5, inciso LV, da Constituição Federal.

4.9. Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do beneficiário/servidor da folha, fica o ISSA eximido de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto.

4.10. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida deverá oferecer empréstimos, financiamentos e cartão de crédito com custos inferiores àqueles praticados no mercado, devendo figurar entre as menores Taxas de Juros das Instituições Financeiras para Créditos Consignados Públicos divulgadas mensalmente no site oficial do Banco Central do Brasil, apresentando relação dos produtos e serviços oferecidos.

4.11. As taxas de juros praticadas pelas instituições financeira, entidades abertas de previdência complementar e de seguro de vida, para os empréstimos consignados, operações com cartão de crédito consignado e outras formas de adiantamento salarial ou financiamento, deverão ser divulgadas mensalmente no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações utilizado pelo ISSA, de acordo com a modalidade de operação de crédito e em função dos prazos de pagamentos e amortização.

5. DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

5.1. As Instituições Financeiras, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida declaradas credenciadas firmarão Contrato de Credenciamento com o ISSA, como condição para a concessão de crédito consignado.

5.2. O Contrato de Credenciamento deverá propiciar condições especiais de crédito aos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal, com redução das taxas de juros praticadas pela instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida no mercado, ou seja, os custos devem figurar entre as menores taxas de juros para créditos consignados públicos divulgados mensalmente no site oficial do Banco Central do Brasil.

5.2.1. A celebração do Contrato de Credenciamento deverá ser precedida da comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas em Edital de Credenciamento, a ser publicado pelo ISSA.

6. DOS PRAZOS DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

6.1. O Credenciamento terá validade de 04 (quatro) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município de Anápolis.

6.2. O prazo da vigência dos Contratos de Credenciamento será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, com limite de 60 (sessenta) meses .

6.3. Poderá o Contrato de Credenciamento ser rescindido a qualquer tempo, mediante manifestação formal, mantendo-se, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas pelo Município de Anápolis, até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos.

6.4. A instituição financeira, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida que tiver seu requerimento deferido, diante da habilitação para o ato, será convocada para, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da convocação assinar o Contrato de Credenciamento, sob pena de caracterizar sua desistência ao ato.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS E DOS CUSTOS DO CREDENCIAMENTO

7.1. O ISSA não será responsável, nem mesmo garantidor das obrigações financeiras assumidas pelos beneficiários/servidores em decorrência da concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento pelas instituições financeiras, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida credenciadas na forma deste Termo de Referência.

7.2. O ISSA fica isento de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do beneficiário/servidor da folha de pagamento.

7.3. O credenciamento das instituições financeiras, entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida não acarretará qualquer ônus para o ISSA.

7.4. O ISSA será isento do pagamento de qualquer tarifa a Instituição Financeira referente aos procedimentos efetuados na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal.

7.5. As despesas decorrentes do emprego do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações utilizado pelo ISSA serão acordadas diretamente entre as instituições credenciadas e a empresa detentora do Sistema, sem qualquer responsabilidade por parte do ISSA.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Constituem obrigações da contratante:

8.1.1. A CONTRATANTE é responsável pela coordenação, implementação e controle das operações relativas à averbação de consignações em folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e dos servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal, além do acompanhamento das normas e procedimentos necessários à boa gestão das atividades de consignação em folha de pagamento.

8.1.2. A CONTRATANTE deverá consignar em folha de pagamento o valor para amortização mensal de débitos decorrentes das obrigações assumidas pelos seus aposentados, pensionistas e servidores públicos, nos termos, normas e procedimentos da Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010, e suas alterações, bem como Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, e suas alterações, sem prejuízo de outras normas aplicáveis à matéria.

8.1.3. A CONTRATANTE deverá manter rigorosa vigilância para que as averbações das consignações, para efeito de desconto em folha de pagamento, sejam efetuadas sempre dentro do limite da MARGEM CONSIGNÁVEL de cada aposentado, pensionista ou servidor.

8.1.4. A CONTRATANTE deverá retornar à CONTRATADA, através do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações, próprio ou através de empresa terceirizada, Arquivo de Descontos das consignações efetuadas e Arquivos de Críticas com as informações dos CONSIGNADOS que porventura não tenha sido efetuado o desconto em suas fichas financeiras, para que sejam tomadas as providências necessárias.

8.1.5. A CONTRATANTE deverá realizar o repasse à CONTRATADA dos créditos provenientes de descontos consignados em folha de pagamento, em até 20 (vinte) dias úteis após o efetivo pagamento da folha dos beneficiários e servidores desta Autarquia.

8.1.6. É de responsabilidade da CONTRATANTE rever os CONTRATO DE CREDENCIAMENTO e termos de cooperação técnica, bem como baixar procedimentos administrativos e operacionais relativos às consignações para o fiel cumprimento das disposições da Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010, Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, além das rotinas especiais que servirão de regras para a CONTRATADA.

8.1.7. Qualquer afastamento do beneficiário/servidor motivado por licença não remunerada, demissão, exoneração, falecimento ou qualquer outra situação que impeça a continuidade do desconto em folha de pagamento, será comunicado à respectiva CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a ocorrência/ciência pela CONTRATANTE.

8.2. Constituem obrigações da contratada:

8.2.1. A CONTRATADA deverá conceder crédito consignado somente ao beneficiário/servidor da CONTRATANTE que tenha MARGEM CONSIGNÁVEL disponível para averbação no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações.

8.2.2. A CONTRATADA somente poderá liberar o montante decorrente das operações de consignações descritas no objeto do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO e previstas na Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010, exclusivamente ao interessado, mediante crédito em conta bancária do beneficiário/servidor, constantes de seus assentamentos financeiros.

8.2.3. É vedada à CONTRATADA a averbação de consignação na folha de pagamento de operação diversa daquela autorizada para o código concedido, bem como a negociação de operações casadas.

8.2.4. A CONTRATADA, para a concessão de crédito consignado, obedecerá obrigatoriamente aos seguintes critérios:

8.2.4.1. O número de prestações não poderá exceder a 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas;

8.2.4.2. É vedada a CONTRATADA a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito (TAC), e quaisquer outras taxas administrativas;

8.2.4.3. Para liquidação antecipada, deverão ser cobrados, apenas e tão somente, os encargos *pro rata temporis*, relativos ao empréstimo consignado;

8.2.4.4. É vedado o estabelecimento de prazo de carência para o início do pagamento de parcelas;

8.2.4.5. As operações de crédito poderão ser renegociadas e refinanciadas pelo consignado e a CONTRATADA, com prazo máximo de 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, desde que o novo valor se enquadre no percentual máximo previsto no art. 7º do Decreto Municipal nº 32.385, de 18 de julho de 2011;

8.2.5. O refinanciamento ou portabilidade de empréstimos consignados pela CONTRATADA somente serão permitidos após a amortização de no mínimo 20% (vinte por cento) do valor consignado em folha de pagamento, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011.

8.2.6. Nos casos de operação de compra, recompra e liquidação antecipada, tendo a Instituição adquirente recebido o valor correspondente ao saldo, dentro do prazo de validade, a CONTRATADA quando cessionária da dívida consignada deverá conceder a quitação total ao tomador.

8.2.7. A CONTRATADA, quando adquirente da dívida, deverá obrigatoriamente ser habilitada, credenciada e estar com o Contrato de Credenciamento vigente, com as respectivas modalidades de operações de créditos consignados correspondentes à aquisição.

8.2.8. Nos casos de refinanciamento ou portabilidade de empréstimos consignados, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente cumprir todos os procedimentos como se fosse uma nova operação de consignação.

8.2.9. A CONTRATADA obriga-se a disponibilizar a CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional e a qualquer tempo, cópia do Contrato de Consignação assinado pelo CONSIGNADO.

8.2.10. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente manter em seus arquivos todos os contratos celebrados juntamente aos CONSIGNADOS pelo período determinado pelos órgãos competentes ou

legislação vigente que se aplique ao tempo de armazenamento para os contratos bancários, a fim de atender à solicitação das partes interessadas para dirimir quaisquer fatos ocorridos neste período.

8.2.11. A CONTRATADA e seus representantes, bem como os demais integrantes do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações, deverão manter sigilo absoluto das informações, inclusive dos CONSIGNADOS, ainda que não façam parte mais das entidades, instituições ou do ISSA.

8.2.12. A CONTRATADA, ao realizar as operações de créditos, sem prejuízo de outros dispositivos legais, no ato da concessão e antes da assinatura do contrato com o CONSIGNADO, observará a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como dar ciência prévia ao CONSIGNADO das seguintes informações:

8.2.12.1. Valor do crédito contratado, dos juros incidentes e a soma total da dívida contraída;

8.2.12.2. Taxa efetiva mensal e anual de juros, bem como todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

8.2.12.3. Quantidade e valor das parcelas mensais consignadas;

8.2.12.4. Data do início e fim das parcelas consignadas;

8.2.12.5. Valor total a ser pago pelo empréstimo ou financiamento, incluindo o valor emprestado, os juros, e demais acréscimos permitidos.

8.2.13. A CONTRATADA deverá exigir do CONSIGNADO no ato da contratação das operações de créditos consignados e cartão de crédito consignado, o documento de identidade e CPF e a apresentação de sua folha de pagamento atualizada para indicar os dados da conta bancária constante do assentamento funcional do beneficiário/servidor para o crédito obrigatório do valor total dos empréstimos consignados.

8.2.14. Para os casos em que a conta bancária do assentamento do CONSIGNADO for de caráter/natureza “conta salário” ou que houve a solicitação de “portabilidade” para outra instituição bancária, o CONSIGNADO deverá apresentar os seguintes documentos:

8.2.14.1. Nos casos de conta salário: apresentar o extrato ou saldo bancário que confirme a situação de “conta salário” juntamente com o extrato ou cartão de outra conta bancária em nome do CONSIGNADO para o devido repasse do montante liberado pela CONTRATADA;

8.2.14.2. Para os casos em que o CONSIGNADO solicitou a “portabilidade” da conta bancária de seu assentamento, deverá apresentar demonstrativo financeiro e o extrato desta conta bancária constando em seu histórico de crédito de seus proventos funcionais de acordo com a sua folha de pagamento para o devido repasse do montante liberado pela CONTRATADA;

8.2.14.3. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá efetuar o repasse do montante liberado em conta bancária de terceiros que não a do próprio CONSIGNADO, constituindo motivo de recusa ao pedido de consignação a falta de indicação da referida conta.

8.2.15. A CONTRATADA deverá exigir da pessoa física prestadora de serviços com contrato temporário celebrado com a Administração Pública Municipal a apresentação de cópia do contrato, para indicar a data de vigência de término do mesmo.

8.2.16. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente exigir os documentos solicitados nos itens supracitados para efetivação do contrato junto ao CONSIGNADO para as operações de créditos consignados e cartão de crédito consignado, bem como fornecer uma via assinada do contrato de consignação para o CONSIGNADO.

8.2.17. É vedada à CONTRATADA a concessão de cartão de crédito consignado para beneficiário/servidor que já possua o referido cartão junto a qualquer outra instituição.

8.2.18. Para adesão de cartão de crédito consignado de outra instituição, é indispensável à total quitação do saldo devedor e do cancelamento do cartão de crédito consignado existente.

8.2.19. A entidade CONTRATADA deve, nos termos do Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011:

8.2.19.1. Apresentar para o beneficiário/servidor um manual de orientações gerais sobre o funcionamento do empréstimo na modalidade consignações em folha de pagamento, discorrendo acerca das taxas praticadas, com seus respectivos prazos, na forma de desconto, os direitos e deveres da CONTRATADA e do beneficiário/servidor, o telefone do Procon, do Banco Central e da Ouvidoria do Município de Anápolis, para eventuais dúvidas ou reclamações;

8.2.19.2. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do beneficiário/servidor ou da consignatária que o represente, disponibilizar o demonstrativo do seu saldo devedor com validade mínima de 03 (três) dias úteis, sob pena de ser suspensa pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias;

8.2.19.2.1. A critério do beneficiário/servidor, o pagamento do saldo devedor será feito através de DOC identificado, TED ou boleto bancário e, nos casos de compra (ou recompra) de dívidas, o pagamento será feito por DOC identificado e/ou TED;

8.2.19.3. No prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da efetivação do pagamento do saldo devedor, liberar a margem antes da contratada com o respectivo valor, sob pena de ser suspensa por 60 (sessenta) dias;

8.2.19.4. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da mesma forma, nos casos de compra de dívida, liberar a margem antes contratada com o respectivo valor, sob pena de ser suspensa por 60 (sessenta) dias;

8.2.19.5. No prazo máximo de 03 (três) dias úteis, liberar a margem de contratação simulada, contados da simulação, sob pena de ser suspensa por 30 (trinta) dias;

8.2.19.6. Informar obrigatoriamente, no sistema digital de consignações, as parcelas que compõem o saldo de negociação, nos casos de quitação antecipada, recompra e renegociação.

8.2.20. Em caso de revogação total ou parcial da Lei nº 3.524/2010, ou de expedição de qualquer ato administrativo que suspenda ou impeça o registro de novas consignações, aquelas existentes serão mantidas pelos órgãos consignantes, até o cumprimento total das obrigações pactuadas entre a entidade CONTRATADA e o tomador de crédito consignado.

9. DO CANCELAMENTO DA CONSIGNAÇÃO

9.1. A CONTRATADA será suspensa temporariamente pela CONTRATANTE quando:

9.1.1. For constatada irregularidade na documentação apresentada;

9.1.2. Deixar de prestar informações ou esclarecimentos nos prazos solicitados pela CONTRATANTE;

9.1.3. Não comprovar ou deixar de atender as exigências legais ou normativas e compromissos pactuados no Contrato de Credenciamento;

9.1.4. Deixar de efetuar o ressarcimento ao CONSIGNADO de valores cobrados a maior ou indevidamente descontados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da constatação da irregularidade;

9.1.5. Não informar no Sistema de Informatizado de Gestão e Controle de Consignações o saldo devedor a pedido do CONSIGNADO, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação;

9.1.6. Não providenciar a liquidação do contrato e a liberação da margem consignável após quitação antecipada pelo CONSIGNADO, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do pagamento;

9.1.7. Tomar medidas de cobrança extrajudicial ou judicial contra o CONSIGNADO sem que haja certificação da não ocorrência de inadimplemento.

9.2. A CONTRATADA será suspensa por até 90 (noventa) dias, nos termos do inciso II do artigo 10 do Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, quando:

9.2.1. Ceder a terceiros, a qualquer título, códigos de eventos de desconto em consignação;

9.2.2. Permitir que terceiros procedam à averbação de consignações;

9.2.3. For constatada a prática de custos financeiros acima do limite máximo estabelecido;

9.2.4. Reincidir em quaisquer práticas vedadas pelo item 9.1 deste Termo de Referência.

9.3. A CONTRATADA será descredenciada nas hipóteses de:

9.3.1. Reincidência ou habitualidade em práticas que impliquem sua suspensão;

9.3.2. Prática comprovada de ato lesivo ao CONSIGNADO ou à CONTRATANTE, mediante fraude, simulação ou dolo.

9.4. Aplica-se a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, e suas respectivas alterações, sem prejuízo de outras sanções trazidas na legislação pertinente à matéria.

9.5. A aplicação das penalidades previstas nos itens supracitados requer abertura de processo administrativo que verse sobre as irregularidades passíveis de sanções de advertência, suspensão, descredenciamento e rescisão.

9.6. Fica a cargo da CONTRATANTE a atribuição em instruir e analisar o rito processual para aplicabilidade da penalidade prevista, garantindo sempre ampla defesa e ao contraditório, bem com a notificação oficial da CONTRATADA quanto ao fato.

9.6.1. Após a notificação a CONTRATADA terá até 10 (dez) dias para interpor defesa a ser protocolizada junto à CONTRATANTE, a qual deverá compor os autos do processo administrativo;

9.6.2. Cabe à Presidência do ISSA deferir ou indeferir na decisão final do processo administrativo e sua respectiva penalidade.

9.7. A consignação facultativa poderá ser cancelada nas seguintes hipóteses:

9.7.1. Por interesse da CONTRATANTE;

9.7.2. Por interesse da CONTRATADA, expresso por meio de solicitação formal encaminhada ao CONTRATANTE.

9.8. O pedido de cancelamento de consignação, por parte da CONTRATADA, deve ser atendido com a cessação de desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, conforme data pactuada entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, ou na folha do mês imediatamente seguinte, caso esta já tenha sido processada.

10. DAS SANÇÕES

10.1. Pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações acordadas, sujeitará as partes às sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo, bem como as seguintes penalidades;

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos;

10.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar.

10.2. Para fazer uso das sanções aqui tratadas, a Administração considerará motivadamente a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando e ponderando a sua aplicabilidade, caso admitida a justificativa apresentada em defesa escrita.

10.2.1. Durante o processo administrativo de descredenciamento será respeitado a ampla defesa e o contraditório da instituição financeira, em estrita observância ao princípio constitucional fixado no Art. 5, inciso LV, da Constituição Federal.

10.3. As penalidades previstas, somente deixarão de ser aplicadas nos casos previstos:

10.3.1. Comprovação pela adjudicatária, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da entrega;

10.3.2. Manifestação da CONTRATANTE informando que a infração foi decorrente de fatos a ela imputáveis.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas durante a execução da Contratação serão resolvidos pelas partes Contratantes de comum acordo e, ainda, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, de forma escrita, por ser a exigida pela legislação aplicável à execução do presente instrumento;

11.2. O presente instrumento obriga as partes Contratantes e aos seus sucessores que, na falta delas, responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento;

11.3. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Termo de Referência e submissão total às normas nele contidas.

Anápolis, 10 de janeiro de 2022.

Maiko Hunner Louback Bragança
Setor de Compras

Elder dos Santos Silva
Setor de Recursos Humanos

Aprovo o presente Termo de Referência em conformidade com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos.

Eduardo Milke
Presidente do ISSA

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A

Comissão Permanente de Licitação do ISSA

Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis – ISSA

Ref.: Edital de Credenciamento nº 001/2022.

Prezados Senhores,

(Nome da empresa/instituição), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Declara que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo credenciamento;
- Declara que se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar ao ISSA a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação, conforme previsto nos artigos 9º e 32, § 2º, da Lei Federal 8.666/93;
- Declara que está empresa cumpre ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, e no art. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- Declara que possui capacidade física para realizar os atos notórias objeto deste Credenciamento;
- Declara que não foi declarado inidôneo para contratar com a Administração Pública;
- Declara ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste Edital e seus anexos.

Localidade, ____ de ____ de ____

____ (assinatura)____

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.

ANEXO III - REQUERIMENTO

Ofício nº ____/____

Local e Data.

À

Comissão Permanente de Licitação do ISSA

Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Anápolis – ISSA

Ref.: Edital de Credenciamento nº ____/2022

Assunto: Requerimento de Qualificação e Credenciamento como consignatária para celebração de Contrato de Credenciamento.

Senhor (a) Presidente da CPL,

Atendendo ao Edital de Credenciamento, solicitamos a qualificação e credenciamento desta empresa/instituição junto ao ISSA para posterior celebração de Contrato de Credenciamento para consignação em folha de pagamento, conforme segue:

1. DADOS DA CONTRATADA (matriz)		
Razão Social:		
Nome de Fantasia:		
Natureza Jurídica:		
Inscr. CNPJ:		
Inscr. Estadual:	Inscr. Municipal:	
Endereço:		
Cidade	Estado:	CEP:
Fone:	Fax:	Celular:
Site Institucional:		
E-Mail Institucional:		

2. DADOS DA CONTRATADA (filial)¹		
Razão Social:		
Nome de Fantasia:		
Natureza Jurídica:		
Inscr. CNPJ:		
Inscr. Estadual:	Inscr. Municipal:	
Endereço:		
Cidade	Estado:	CEP:
Fone:	Fax:	Celular:
Site Institucional:		
E-Mail Institucional:		
3. DADOS DO LOCAL DE ATENDIMENTO DA CONTRATADA		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Fone:	Fax:	Celular:
Site Institucional:		
E-Mail Institucional:		
Dias e Horário de Atendimento Presencial:		
Dias e Horário de Atendimento por Telefone:		
4. DADOS CONTA BANCÁRIA JURÍDICA DA CONTRATADA		
Código do Banco:	Nome do Banco:	
Código da Agência:	Nº da Conta Corrente:	
Praça da Conta Bancária:		
5. TIPO DE CONTRATADA E RESPECTIVAS CONSIGNAÇÕES²		
5.1. () bancos e instituições financeiras		
<input type="checkbox"/> amortização de empréstimos em geral.		
<input type="checkbox"/> amortização de crédito rotativo oriundo da utilização de cartões de crédito.		
<input type="checkbox"/> amortização de empréstimos por previdência complementar e seguro de vida.		
<input type="checkbox"/> amortização de empréstimos ou de parcelas oriundas da concessão de crédito imobiliário.		
5.2. () cooperativas de crédito		
<input type="checkbox"/> amortização de empréstimos em geral.		
<input type="checkbox"/> amortização de crédito rotativo oriundo da utilização de cartões de crédito.		
<input type="checkbox"/> amortização de empréstimos por previdência complementar e seguro de vida.		
<input type="checkbox"/> amortização de empréstimos ou de parcelas oriundas da concessão de crédito imobiliário.		
5.3. () entidades abertas de previdência complementar		
<input type="checkbox"/> amortização de empréstimos concedidos por entidade aberta e fechada de previdência complementar e de seguro de vida, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados– SUSEP.		

6. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL³			
Nome Completo sem Abreviações:			
Cargo/Função:		Inscr. CPF:	
Nº RG:	Emissão: / /	Órgão Expedidor:	
Data Início do Mandato: / /		Data Término do Mandato: / /	

___ (assinatura)__

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.

Notas:

¹Os dados da Filial da Contratada deverão ser preenchidos somente se a mesma possuir filial no Município de Anápolis; caso contrário deixar em branco.

² A Contratada deverá assinalar com “X” somente ao Tipo de Contratada correspondente a sua situação jurídica e seu(s) respectivo(s) produto(s) e/ou serviço(s).

³ Caso a Contratada possua mais de um Representante Legal, este Anexo deve conter os dados de todos eles, conforme previsão contratual ou estatutária.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência do presente Contrato de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Município de Anápolis.

2.2. O presente Contrato de Credenciamento poderá ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE e da CONTRATADA, por iguais e sucessivos períodos, mediante a formulação de termo aditivo, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93, limitada a duração de 60 (sessenta) meses, e rescindido a qualquer tempo mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO E DA NORMATIZAÇÃO

3.1. Este Contrato de Credenciamento vincula-se ao Edital de Credenciamento nº XXXX/XXXX.

3.2. Aplicam-se ao presente instrumento contratual os fundamentos contidos na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Municipal nº 3.524/10, na Lei Municipal nº 2.073/92, e no Decreto Municipal nº 32.385/11, bem como suas respectivas alterações, sem prejuízo de demais normatizações acerca do tema.

3.3. Integram o presente Contrato as normas, critérios, limites e demais condições baixadas pelo Banco Central do Brasil e as relativas à concessão de empréstimo no País.

3.4. A elaboração de normas, critérios, limites e demais condições que vierem a ser estabelecidas pelas autoridades governamentais, inclusive pela Administração Direta ou o próprio CONTRATANTE para regulamentar a concessão de empréstimos pelos beneficiários/servidores, deverão integrar este instrumento por meio de Termo Aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.1. A CONTRATANTE é responsável pela coordenação, implementação e controle das operações relativas à averbação de consignações em folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social de Anápolis e dos servidores públicos lotados nesta Autarquia Municipal, além do acompanhamento das normas e procedimentos necessários à boa gestão das atividades de consignação em folha de pagamento.

4.2. A CONTRATANTE deverá consignar em folha de pagamento o valor para amortização mensal de débitos decorrentes das obrigações assumidas pelos seus aposentados, pensionistas e servidores públicos, nos termos, normas e procedimentos da Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010, do Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, e suas posteriores alterações, sem prejuízo de outras normas aplicáveis à matéria.

4.3. A CONTRATANTE deverá manter rigorosa vigilância para que as averbações das consignações, para efeito de desconto em folha de pagamento, sejam efetuadas sempre dentro do limite da margem consignável de cada aposentado, pensionista ou servidor.

4.4. A CONTRATANTE deverá retornar à CONTRATADA, através do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações, próprio ou através de empresa terceirizada, Arquivo de Descontos das consignações efetuadas e Arquivos de Críticas com as informações dos CONSIGNADOS que

porventura não tenha sido efetuado o desconto em suas fichas financeiras, para que sejam tomadas as providências necessárias.

4.5. A CONTRATANTE deverá realizar o repasse à CONTRATADA dos créditos provenientes de descontos consignados em folha de pagamento, em até 20 (vinte) dias úteis após o efetivo pagamento da folha dos beneficiários e servidores desta Autarquia.

4.6. É de responsabilidade da CONTRATANTE rever os Contrato de Credenciamento e Termos de Cooperação Técnica, bem como baixar procedimentos administrativos e operacionais relativos às consignações para o fiel cumprimento das disposições da Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010, Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, além das rotinas especiais que servirão de regras para a CONTRATADA.

4.7. Qualquer afastamento do beneficiário/servidor motivado por licença não remunerada, demissão, exoneração, falecimento ou qualquer outra situação que impeça a continuidade do desconto em folha de pagamento, será comunicado à respectiva CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a ocorrência/ciência pela CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. A CONTRATADA deverá conceder crédito consignado somente ao beneficiário/servidor da CONTRATANTE que tenha margem consignável disponível para averbação no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações.

5.2. A CONTRATADA somente poderá liberar o montante decorrente das operações de consignações descritas no objeto do Contrato de Credenciamento e previstas na Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010, exclusivamente ao interessado, mediante crédito em conta bancária do beneficiário/servidor, constantes de seus assentamentos financeiros.

5.3. É vedada à CONTRATADA a averbação de consignação na folha de pagamento de operação diversa daquela autorizada para o código concedido, bem como a negociação de operações casadas.

5.4. A CONTRATADA, para a concessão de crédito consignado, obedecerá obrigatoriamente aos seguintes critérios:

5.4.1. O número de prestações não poderá exceder a 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas;

5.4.2. É vedada a CONTRATADA a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito (TAC), e quaisquer outras taxas administrativas;

5.4.3. Para liquidação antecipada, deverão ser cobrados, apenas e tão somente, os encargos *pro rata temporis*, relativos ao empréstimo consignado;

5.4.4. É vedado o estabelecimento de prazo de carência para o início do pagamento de parcelas;

5.4.5. As operações de crédito poderão ser renegociadas e refinanciadas pelo consignado e a CONTRATADA, com prazo máximo de 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, desde que o novo valor se enquadre no percentual máximo previsto no art. 7º do Decreto Municipal nº 32.385, de 18 de julho de 2011;

5.5. O refinanciamento ou portabilidade de empréstimos consignados pela CONTRATADA somente serão permitidos após a amortização de no mínimo 20% (vinte por cento) do valor consignado em folha de pagamento, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011.

5.6. Nos casos de operação de compra, recompra e liquidação antecipada, tendo a Instituição adquirente recebido o valor correspondente ao saldo, dentro do prazo de validade, a CONTRATADA quando cessionária da dívida consignada deverá conceder a quitação total ao tomador.

5.7. A CONTRATADA, quando adquirente da dívida, deverá obrigatoriamente ser habilitada, credenciada e estar com o Contrato de Credenciamento vigente, com as respectivas modalidades de operações de créditos consignados correspondentes à aquisição.

5.8. Nos casos de refinanciamento ou portabilidade de empréstimos consignados, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente cumprir todos os procedimentos como se fosse uma nova operação de consignação.

5.9. A CONTRATADA obriga-se a disponibilizar a CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional e a qualquer tempo, cópia do Contrato de Consignação assinado pelo CONSIGNADO.

5.10. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente manter em seus arquivos todos os contratos celebrados juntamente aos CONSIGNADOS pelo período determinado pelos órgãos competentes ou legislação vigente que se aplique ao tempo de armazenamento para os contratos bancários, a fim de atender a solicitação das partes interessadas para dirimir quaisquer fatos ocorridos neste período.

5.11. A CONTRATADA e seus representantes, bem como os demais integrantes do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações, deverão manter sigilo absoluto das informações, inclusive dos CONSIGNADOS, ainda que não façam parte mais das entidades, instituições ou do ISSA.

5.12. A CONTRATADA, ao realizar as operações de créditos, sem prejuízo de outros dispositivos legais, no ato da concessão e antes da assinatura do contrato com o CONSIGNADO, observará a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como dar ciência prévia ao CONSIGNADO das seguintes informações:

5.12.1. Valor do crédito contratado, dos juros incidentes e a soma total da dívida contraída;

5.12.2. Taxa efetiva mensal e anual de juros, bem como todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

5.12.3. Quantidade e valor das parcelas mensais consignadas;

5.12.4. Data do início e fim das parcelas consignadas;

5.12.5. Valor total a ser pago pelo empréstimo ou financiamento, incluindo o valor emprestado, os juros, e demais acréscimos permitidos.

5.13. A CONTRATADA deverá exigir do CONSIGNADO no ato da contratação das operações de créditos consignados e cartão de crédito consignado, o documento de identidade e CPF e a apresentação de sua folha de pagamento atualizada para indicar os dados da conta bancária constante do assentamento funcional do beneficiário/servidor para o crédito obrigatório do valor total dos empréstimos consignados.

5.14. Para os casos em que a conta bancária do assentamento do CONSIGNADO for de caráter/natureza “conta salário” ou que houve a solicitação de “portabilidade” para outra instituição bancária, o CONSIGNADO deverá apresentar os seguintes documentos:

5.14.1. Nos casos de conta salário: apresentar o extrato ou saldo bancário que confirme a situação de “conta salário” juntamente com o extrato ou cartão de outra conta bancária em nome do CONSIGNADO para o devido repasse do montante liberado pela CONTRATADA;

5.14.2. Para os casos em que o CONSIGNADO solicitou a “portabilidade” da conta bancária de seu assentamento, deverá apresentar demonstrativo financeiro e o extrato desta conta bancária constando em seu histórico de crédito de seus proventos funcionais de acordo com a sua folha de pagamento para o devido repasse do montante liberado pela CONTRATADA;

5.14.3. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá efetuar o repasse do montante liberado em conta bancária de terceiros que não a do próprio CONSIGNADO, constituindo motivo de recusa ao pedido de consignação a falta de indicação da referida conta.

5.15. A CONTRATADA deverá exigir da pessoa física prestadora de serviços com contrato temporário celebrado com a Administração Pública Municipal a apresentação de cópia do contrato, para indicar a data de vigência de término do mesmo.

5.16. A CONTRATADA deverá obrigatoriamente exigir os documentos solicitados nos itens supracitados para efetivação do contrato junto ao CONSIGNADO para as operações de créditos consignados e cartão de crédito consignado, bem como fornecer uma via assinada do contrato de consignação para o CONSIGNADO.

5.17. É vedada à CONTRATADA a concessão de cartão de crédito consignado para beneficiário/servidor que já possua o referido cartão junto a qualquer outra instituição.

5.18. Para adesão de cartão de crédito consignado de outra instituição, é indispensável à total quitação do saldo devedor e do cancelamento do cartão de crédito consignado existente.

5.19. A entidade CONTRATADA deve, nos termos do Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011:

5.19.1. Apresentar para o beneficiário/servidor um manual de orientações gerais sobre o funcionamento do empréstimo na modalidade consignações em folha de pagamento, discorrendo acerca das taxas praticadas, com seus respectivos prazos, na forma de desconto, os direitos e deveres da CONTRATADA e do beneficiário/servidor, o telefone do Procon, do Banco Central e da Ouvidoria do Município de Anápolis, para eventuais dúvidas ou reclamações;

5.19.2. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do beneficiário/servidor ou da consignatária que o represente, disponibilizar o demonstrativo do seu saldo devedor com validade mínima de 03 (três) dias úteis, sob pena de ser suspensa pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias;

5.19.3. Observar que a forma de pagamento prevista no item anterior deverá, a critério do beneficiário/servidor, ser feita através de DOC identificado, TED ou boleto bancário e, nos casos de compra (ou recompra) de dívidas, o pagamento será feito por DOC identificado e/ou TED;

5.19.4. No prazo máximo de 01 (um) dia útil, contado da efetivação do pagamento do saldo devedor, liberar a margem antes da contratada com o respectivo valor, sob pena de ser suspensa por 60 (sessenta) dias;

5.19.5. No prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contado da mesma forma, nos casos de compra de dívida, liberar a margem antes contratada com o respectivo valor, sob pena de ser suspensa por 60 (sessenta) dias;

5.19.6. No prazo máximo de 03 (três) dias úteis, liberar a margem de contratação simulada, contados da simulação, sob pena de ser suspensa por 30 (trinta) dias;

5.19.7. Informar obrigatoriamente, no sistema digital de consignações, as parcelas que compõem o saldo de negociação, nos casos de quitação antecipada, recompra e renegociação.

5.20. Em caso de revogação total ou parcial da Lei nº 3.524/2010, ou de expedição de qualquer ato administrativo que suspenda ou impeça o registro de novas consignações, aquelas existentes serão mantidas pelos órgãos consignantes, até o cumprimento total das obrigações pactuadas entre a entidade CONTRATADA e o tomador de crédito consignado.

6. CLÁUSULA SEXTA: DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E CONTROLE DE CONSIGNAÇÕES

6.1. Os procedimentos de consignações em folha de pagamento serão operacionalizados através de sistema informatizado específico de controle do processamento das consignações, margens consignáveis e gestão da rede de atendimento aos beneficiários/servidores da CONTRATANTE.

6.2. O Sistema Informatizado de que trata esta Cláusula será de utilização obrigatória por parte da CONTRATANTE, da CONTRATADA e dos CONSIGNADOS.

6.3. A CONTRATANTE poderá terceirizar com empresa especializada a responsabilidade pela operação e controle do Sistema Informatizado de consignações, na forma da lei.

6.4. A fiscalização do Sistema de Gestão e Controle de Consignações, quando terceirizado, será de competência da CONTRATANTE, por meio do Setor de Recursos Humanos do ISSA.

6.5. É vedada a comercialização, a qualquer título, de produtos ou serviços financeiros pela empresa responsável pelo Sistema de Gestão e Controle de Consignações.

6.6. O gerenciamento realizado por pessoa jurídica privada, na forma designada nesta Cláusula, não trará qualquer ônus a CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA arcar com o custeio do processamento.

6.7. As consignações serão enviadas para averbação no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações.

6.8. As exclusões ou suspensões de descontos consignados em folha de pagamento do beneficiário/servidor, por ordem e/ou decisão judicial relativas às ações de insolvência, revisional ou de natureza similar, deverão ser efetuadas pelo responsável pela gestão e controle do Sistema de Informatizado de Gestão e Controle de Consignações.

6.9. No caso de exclusão ou suspensão de descontos consignados previstos neste item, a margem consignável deverá ser necessariamente bloqueada, suspensa ou reservada automaticamente pelo próprio Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações, conforme a natureza da solicitação, ordem ou decisão judicial, salvo disposição contrária constante na própria ordem ou decisão judicial, ou ainda, por segunda ordem judicial ou processo transitado em julgado;

6.9.1. O valor da margem consignável a ser bloqueada ou suspensa corresponderá ao valor da parcela mensal excluída ou suspensa nos termos deste item, salvo determinações judiciais contrárias.

6.9.2. O Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações deverá fornecer aos CONSIGNADOS, à CONTRATANTE e à CONTRATADA as informações relativas às exclusões e suspensões de descontos consignados, bem como, a suspensão ou bloqueio da margem consignável previstas neste item.

6.10. Será efetuado apenas 1 (uma) única reserva de margem no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações para o pagamento de cartão de crédito consignado.

6.11. Caso o CONSIGNADO que tenha desconto(s) oriundo(s) de operações facultativas consignadas em sua folha de pagamento e que por algum motivo tais como saldo de margem insuficiente ou contrato inativo ou excluído e que, possua outro contrato ativo junto a CONTRATANTE, poderá solicitar a migração deste(s) desconto(s) sob anuência da CONTRATADA e da Administradora do Sistema de Gestão e Controle de Consignações, para que retorne os descontos a partir das condições em que foi suspensão ou paralisada.

6.12. Fica a cargo da CONTRATANTE ou empresa especializada, em caso de terceirização, as seguintes atribuições e rotinas junto ao Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações:

6.12.1. Cadastro da CONTRATADA com responsável, quantidade máxima de parcelas, situação atual e respectivos códigos de eventos para operações de créditos consignados;

6.12.2. Cadastro dos USUÁRIOS indicados pela CONTRATADA e suas opções, perfil, senha e situação dentro do sistema fazendo as devidas inclusões, alterações e exclusões;

6.12.3. Cadastro dos Contratos de Credenciamentos vigentes, bem como sua situação atual, com datas de vigências;

6.12.4. Cadastro dos códigos de eventos ou rubricas para amortizações e descontos;

6.12.5. Bloqueio e desbloqueio de margem dos CONSIGNADOS;

6.12.6. Cadastro das ocorrências apuradas e confirmadas quanto às reclamações dos CONSIGNADOS, bem como das penalidades aplicadas à CONTRATADA.

6.13. O cadastro de USUÁRIOS do Sistema Informatizado deverá ser solicitado junto a empresa responsável pelo SISTEMA, em caso de terceirização.

6.14. A CONTRATADA se responsabilizará e responderá legalmente por todos os atos perante as operações junto ao Sistema Informatizado, bem como aos procedimentos e atendimento aos CONSIGNADOS, inclusive ao que se cabe o Código de Defesa do Consumidor.

6.15. Fica atribuída a CONTRATANTE, ou em caso de terceirização, à empresa responsável pelo SISTEMA, a competência de prestar orientação quanto ao uso do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações, bem como os atos administrativos para a boa gestão de todas as operações de créditos consignados e demais produtos e serviços.

6.16. O atendimento aos CONSIGNADOS e a CONTRATADA, no que se refere às operações e arquivos de averbações em folha, margem consignável, portal da consignação, dentre outros, poderá ser feito pela empresa terceirizada responsável pela gestão e controle do SISTEMA, através de centrais de atendimento presenciais e telefônicas ou pela CONTRATANTE.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA TAXA DE JUROS

7.1. A CONTRATADA deverá oferecer empréstimos, financiamentos e cartão de crédito com custos inferiores àqueles praticados no mercado, devendo figurar entre as menores Taxas de Juros das Instituições Financeiras para Créditos Consignados Públicos, divulgadas mensalmente no site oficial do Banco Central do Brasil, apresentando relação dos produtos e serviços oferecidos.

7.2. As taxas de juros praticadas pela CONTRATADA para os empréstimos consignados, operações com cartão de crédito consignado e outras formas de adiantamento salarial ou financiamento, deverão ser divulgadas mensalmente no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações de acordo com a modalidade de operação de crédito e em função dos prazos de pagamentos e amortização.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES GERAIS E DOS CUSTOS DO CREDENCIAMENTO

8.1. A CONTRATANTE não será responsável, nem mesmo garantidora das obrigações financeiras assumidas pelos beneficiários/servidores em decorrência da concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento pela CONTRATADA.

8.2. A CONTRATANTE fica isenta de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do beneficiário/servidor da folha de pagamento.

8.3. O credenciamento da CONTRATADA não acarretará qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. A CONTRATANTE será isenta do pagamento de qualquer tarifa à CONTRATADA referente aos procedimentos efetuados na folha de pagamento dos beneficiários/servidores.

8.5. As despesas decorrentes do emprego do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações utilizado pela CONTRATANTE serão acordadas diretamente entre a CONTRATADA e a empresa detentora do Sistema, sem qualquer responsabilidade por parte da CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As operações de consignações facultativas deverão ser realizadas exclusivamente mediante anuência do CONSIGNADO e da CONTRATADA, por meio de contrato firmado entre as partes e

atendidas as normas da Lei Municipal nº 2.073, de 21/12/1992, da Lei Municipal nº 3.524, de 21/12/2010, e do Decreto Municipal nº 32.385, de 18/07/2011, e suas respectivas alterações.

9.2. Para as pessoas físicas com contratos temporários/mandato de prestação de serviços junto a CONTRATANTE, fica autorizado à celebração de operações de créditos consignados nas mesmas condições dos beneficiários/servidores efetivos, exceto quanto ao prazo máximo de parcelas, que deverá ser vinculado à quantidade de meses restantes ao fim da vigência dos respectivos contratos temporários/mandato.

9.3. A consignação em folha de pagamento não implica responsabilidade da CONTRATANTE por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelo CONSIGNADO perante a CONTRATADA.

9.4. Em nenhuma hipótese será a CONTRATANTE considerada avalista, fiador ou corresponsável por dívidas ou compromisso de natureza pecuniária assumidos pelo CONSIGNADO junto a CONTRATADA, e nem fará desconto consignado de beneficiários/servidores exonerados ou desligados, devendo a CONTRATADA negociar com os mesmos.

9.5. A CONTRATANTE não integra qualquer relação de consumo originada, direta ou indiretamente, entre a CONTRATADA e o CONSIGNADO.

9.6. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelas consignações enviadas pela CONTRATADA, através do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações e não averbadas por motivos inerentes a insuficiência salarial devido a descontos por faltas, demissões, falecimentos e outras perdas remuneratórias do CONSIGNADO.

9.7. A oferta pela CONTRATADA de operações consignadas para a concessão de outros produtos e/ou serviços deve ser submetida à avaliação e aprovação da CONTRATANTE, observado o presente Contrato de Credenciamento em vigor.

9.8. A CONTRATADA poderá possuir até 06 (seis) códigos de eventos de desconto de empréstimos em folha de pagamento.

9.9. Para fins de cálculo, a margem consignável terá por base a soma dos proventos de natureza permanente ou fixos, excluindo-se as vantagens pecuniárias de caráter temporário, relacionadas na Lei nº 2.073, de 21 de dezembro de 1992, e suas posteriores alterações.

9.10. Não será permitido desconto de consignações facultativas até o limite de 40% (quarenta por cento), quando a sua soma com as consignações compulsórias exceder a setenta por cento da remuneração do CONSIGNADO, nos termos do §5º do artigo 81, da Lei nº 2.073, de 21 de dezembro de 1992.

9.11. A margem para as consignações facultativas não poderá exceder ao valor equivalente a 40% (quarenta por cento) da respectiva remuneração, nos termos do § 2º, art. 81 da Lei 2.073, de 21 de dezembro de 1992, considerando-se 30% (trinta por cento) para os empréstimos consignados e 10% (dez por cento) para cartão de crédito, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 3.524, de 21 de dezembro de 2010.

9.12. Será admitida a liberação da margem adicional equivalente a 10% (dez por cento), destinada exclusivamente para desconto de valores decorrentes de cartão de crédito, nos termos inciso IV, art. 1º, da Lei 3.524, de 21 de dezembro de 2010, desde que seja objeto deste Contrato de Credenciamento e expressamente autorizado pelo CONSIGNADO através de requerimento junto à CONTRATADA.

9.13. Caso a soma mensal das consignações compulsórias e facultativas exceda o limite de 70% (setenta por cento) dos proventos /remuneração do CONSIGNADO, serão suspensos os descontos das consignações facultativas, respeitada a ordem de prioridade trazida pelo art. 81 da Lei 2.073, de 21 de dezembro de 1.992.

9.14. No caso de suspensão de descontos da mesma espécie, respeitada a ordem crescente de prioridade, prevalecerá o critério de antiguidade, de modo que a consignação averbada posteriormente não cancele a anterior.

9.15. A CONTRATANTE não responderá, em nenhuma hipótese pelos valores não descontados em decorrência das suspensões previstas nesta Cláusula.

9.16. Os descontos ou amortizações relativas às operações de consignações já averbadas e lançadas no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignação por parte da CONTRATADA e que por ocasião de saldo de margem insuficiente forem suspensas nos termos da legislação vigente, voltarão automaticamente a ser descontada na folha de pagamento no próximo mês em que houver novamente saldo de margem disponível, sem que recaiam juros de mora e outros acréscimos pecuniários sobre esta operação.

9.17. A CONTRATADA não poderá incluir os dados dos CONSIGNADOS nos órgãos de crédito tais como SPC, SERASA, etc., pelos motivos previstos nos itens supracitados.

9.18. O prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses para liquidação do empréstimo consignado não se aplica as pessoas físicas com contratos temporários de prestação de serviços junto a CONTRATANTE.

9.19. O CONSIGNADO que se sinta lesado diante da contratação dos produtos e serviços junto a CONTRATADA, seja por desconto indevido, taxa de juros divergente do divulgado ou contratado, valor divergente do contratado, ou qualquer outra situação, entrará em contato diretamente com a CONTRATADA e caso não seja resolvido, poderá buscar auxílio aos órgãos competentes de proteção ao consumidor e complementarmente registrar a reclamação junto a Administradora do Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações, a qual poderá suspender o referido desconto da folha de pagamento do CONSIGNADO reclamante.

9.20. A CONTRATANTE, através de requerimento exclusivamente por escrito e via processo administrativo, será a última instância extrajudicial para apurar os problemas não solucionados, podendo solicitar a suspensão dos descontos da folha de pagamento do CONSIGNADO até que a CONTRATADA comprove a legalidade dos devidos descontos.

9.21. Caso fique comprovado que a CONTRATADA processou e efetivou qualquer tipo de desconto consignado indevido na folha de pagamento do servidor CONSIGNADO, a CONTRATADA terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para ressarcir o valor devido diretamente na conta bancária do

assentamento funcional do beneficiário/servidor CONSIGNADO, cabendo a aplicação das penalidades previstas no Decreto Municipal nº 32.385, de 18 de julho de 2011, e suas alterações, e neste Contrato de Credenciamento.

9.22. Caso fique constatado que o CONSIGNADO tenha agido de má fé prestando informações incorretas quanto aos devidos descontos e tendo a CONTRATADA comprovado sua veracidade, o CONSIGNADO terá descontado as parcelas acumuladas por conta da suspensão deste artigo em um único mês, sem prejuízo a margem consignável.

9.23. De acordo com a conveniência da CONTRATANTE, poderá ser realizado o planejamento e a promoção de pesquisa de satisfação dos CONSIGNADOS em relação aos produtos, serviços e atendimento oferecidos pela CONTRATADA, com objetivo de melhoria contínua na qualidade das operações e do sistema.

9.24. Os beneficiários/servidores da CONTRATANTE poderão fazer a adesão de apenas 1 (um) cartão de crédito consignado por contrato de trabalho vigente.

9.25. É vedado o acesso de representante, agente, promotor ou corretor à serviço da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE para divulgar ou distribuir material publicitário e/ou efetuar a venda de produto e crédito consignado em folha de pagamento.

9.26. Caso a CONTRATADA tenha interesse em comercializar outro(s) produto(s) e/ou serviço(s) não elencados no Decreto Municipal nº 32.385, de 18 de julho de 2011, deverá apresentar ofício requerimento próprio, com todas as informações relevantes, regras, procedimentos, forma de comercialização, benefícios, valores, modelo de contrato e demais informações pertinentes às condições, para análise, e for o caso, aprovação e regulamentação pela CONTRATANTE.

9.27. Às operações de créditos consignadas em folha de pagamento aplicam-se subsidiariamente, no que couber, às disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor.

9.28. Os casos omissos neste Contrato de Credenciamento serão tratados e decididos pela Presidência da CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO

10.1. O cancelamento das consignações facultativas poderá ser efetuado:

10.1.1. A pedido do CONSIGNADO:

10.1.1.1. Com anuência da CONTRATADA, no caso de compromisso pecuniário assumido e usufruído.

10.1.2. A pedido da CONTRATADA:

10.1.2.1. No caso de lançamento indevido, mediante solicitação formal e justificada.

10.1.3. Pela CONTRATANTE:

10.1.3.1. Quando ocorrer ação danosa aos interesses do CONSIGNADO, praticada pela CONTRATADA ou terceiro a ela vinculado, devidamente comprovada;

10.1.3.2. Por força de lei ou decisão judicial;

10.1.3.3. Mediante liquidação integral dos débitos do contrato que originou a consignação;

10.1.3.4. A qualquer tempo, quando comprovado que a CONTRATADA não atendeu as exigências legais, as normas e procedimentos da Lei Municipal nº 2.073, de 21/12/1992, da Lei Municipal nº 3.524, de 21/12/2010, e do Decreto Municipal nº 32.385, de 18/07/2011, e suas respectivas alterações.

10.2. A liquidação total ou parcial e o cancelamento dos empréstimos consignados deverão ser efetivados pela CONTRATADA diretamente no Sistema Informatizado de Gestão e Controle de Consignações.

10.3. Nos casos de liquidação total, a CONTRATADA terá até 3 (três) dias úteis após a quitação do valor para baixar no SISTEMA, independentemente da solicitação do CONSIGNADO.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA CONSIGNAÇÃO, DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

11.1. A CONTRATADA será suspensa temporariamente pela CONTRATANTE quando:

11.1.1. For constatada irregularidade na documentação apresentada;

11.1.2. Deixar de prestar informações ou esclarecimentos nos prazos solicitados pela CONTRATANTE;

11.1.3. Não comprovar ou deixar de atender as exigências legais ou normativas e compromissos pactuados neste Contrato de Credenciamento;

11.1.4. Deixar de efetuar o ressarcimento ao CONSIGNADO de valores cobrados a maior ou indevidamente descontados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da constatação da irregularidade;

11.1.5. Não informar no Sistema de Informatizado de Gestão e Controle de Consignações o saldo devedor a pedido do CONSIGNADO, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação;

11.1.6. Não providenciar a liquidação do contrato e a liberação da margem consignável após quitação antecipada pelo CONSIGNADO, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do pagamento;

11.1.7. Tomar medidas de cobrança extrajudicial ou judicial contra o CONSIGNADO sem que haja certificação da não ocorrência de inadimplemento.

11.2. A CONTRATADA será suspensa por até 90 (noventa) dias, nos termos do inciso II do artigo 10 do Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, quando:

11.2.1. Ceder a terceiros, a qualquer título, códigos de eventos de desconto em consignação;

11.2.2. Permitir que terceiros procedam à averbação de consignações;

11.2.3. For constatada a prática de custos financeiros acima do limite máximo estabelecido;

11.2.4. Reincidir em quaisquer práticas vedadas pelo item 11.1 e seguintes deste Contrato de Credenciamento.

11.3. A CONTRATADA será descredenciada nas hipóteses de:

11.3.1. Reincidência ou habitualidade em práticas que impliquem sua suspensão;

11.3.2. Prática comprovada de ato lesivo ao CONSIGNADO ou à CONTRATANTE, mediante fraude, simulação ou dolo.

11.4. Aplica-se a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Decreto nº 32.385, de 18 de julho de 2011, e suas respectivas alterações, sem prejuízo de outras sanções trazidas na legislação pertinente à matéria.

11.5. A aplicação das penalidades previstas nos itens supracitados requer abertura de processo administrativo que verse sobre as irregularidades passíveis de sanções de advertência, suspensão, descredenciamento e rescisão.

11.6. Fica a cargo da CONTRATANTE a atribuição em instruir e analisar o rito processual para aplicabilidade da penalidade prevista, garantindo sempre ampla defesa e ao contraditório, bem com a notificação oficial da CONTRATADA quanto ao fato.

11.6.1. Após a notificação a CONTRATADA terá até 10 (dez) dias para interpor defesa a ser protocolizada junto à CONTRATANTE, a qual deverá compor os autos do processo administrativo;

11.6.2. Cabe à Presidência do ISSA deferir ou indeferir na decisão final do processo administrativo e sua respectiva penalidade.

11.7. A consignação facultativa poderá ser cancelada nas seguintes hipóteses:

11.7.1. Por interesse da CONTRATANTE;

11.7.2. Por interesse da CONTRATADA, expresso por meio de solicitação formal encaminhada ao CONTRATANTE.

11.8. O pedido de cancelamento de consignação, por parte da CONTRATADA, deve ser atendido com a cessação de desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, conforme data pactuada entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, ou na folha do mês imediatamente seguinte, caso esta já tenha sido processada.

11.9. Este Contrato de Credenciamento poderá ser denunciado pelos Participes, na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação.

11.10. Além das sanções previstas nesta Cláusula, pelo descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações acordadas, sujeitará as partes às sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo, bem como as seguintes penalidades:

11.10.1. Advertência;

11.10.2. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos;

11.10.3. Declaração de inidoneidade para licitar.

11.12. Para fazer uso das sanções aqui tratadas, a Administração considerará motivadamente a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando e ponderando a sua aplicabilidade, caso admitida a justificativa apresentada em defesa escrita.

11.12.1. Durante o processo administrativo de descredenciamento será respeitado a ampla defesa e o contraditório da instituição financeira, em estrita observância ao princípio.

11.13. As penalidades ora previstas somente deixarão de ser aplicadas nos casos previstos:

11.13.1. Comprovação pela adjudicatária, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da entrega;

11.13.2. Manifestação da CONTRATANTE informando que a infração foi decorrente de fatos a ela imputáveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

12.1. Caberá à CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA APRECIÇÃO DA CGM E CADASTRO NO TCM

13.1. O presente Instrumento será objeto de certificação pela Controladoria Geral do Município de Anápolis – CGM e cadastrado no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO, nos termos e prazos especificados em normatização específica, não se responsabilizando à CONTRATANTE, se aquela Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1. Com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, os Partícipes elegem o foro da Comarca de Anápolis como único e competente para dirimir quaisquer dúvidas emergentes deste instrumento.

Assim ajustados, firmam os Partícipes o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Anápolis, aos XX dias do mês de XXXXXXXXXX de XXXX.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX